



Senadores decidem hoje se Demóstenes perderá mandato

Em sessão aberta e votação secreta, Plenário do Senado dirá se Demóstenes Torres, acusado de quebra do decoro parlamentar, terá ou não o mandato cassado; parlamentares não poderão revelar em Plenário se votaram pela cassação ou pela absolvição do colega

Prefeito de Palmas nega vínculo com Cachoeira 4 e 5

Raul Filho (ao microfone, ao lado de Paulo Teixeira e Vital do Rêgo) admitiu ter pedido a Cachoeira doação para campanha eleitoral



Genildo Magalhães/Agência Senado

Comeará às 10h de hoje a sessão em que o Plenário do Senado decidirá o futuro político do senador Demóstenes Torres, acusado de quebra do decoro parlamentar em razão de suas ligações com o contraventor Carlinhos Cachoeira. Os senadores decidirão, em uma sessão aberta, se ele terá o mandato cassado. Os votos serão secretos. A decisão depende da maioria absoluta dos senadores (pelo menos 41 votos). **4 e 5**

Reunião do Parlasul já terá Venezuela 4 Acompanhamento informatizado de penas 4

Redução da carga fiscal pode ajudar empresas contra a crise 8

Empréstimo de US\$ 1,4 bilhão para estados e município 8



José Cruz/Agência Senado

Entre Lobão Filho e Antonio Russo, Delcídio do Amaral preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Líderes: 12 dias para votações durante período eleitoral 2

Senado pode votar MPs da Poupança e dos Servidores 2

Plenário aprova R\$ 706 mi para combater seca no semiárido 7

Ministério anuncia fim da autossuficiência em petróleo 7

TV e Rádio Senado mais perto de Belém e Boa Vista 2



Luiz/10

Parlamentares lamentam morte do cardeal dom Eugenio Sales

Senadores lembram que o religioso, vítima de um infarto na segunda-feira, aos 91 anos, criou as Comunidades Eclesiais de Base e a Campanha da Fraternidade, da CNBB. **6**

Dom Eugenio (foto de 1º de março) atuava pelos direitos humanos

Ministro quer uma parcela dos royalties do petróleo investida em educação 3



José Cruz/Agência Senado

Aloizio Mercadante e o presidente da CE, Roberto Requião, durante audiência

Líderes estabeleceram 4 semanas de votações: duas em agosto, uma em setembro e outra em outubro; entre o recesso parlamentar e as eleições municipais, senadores deverão votar PECs e MPs

No período eleitoral, Senado terá 12 sessões de votação

DEPOIS DA REUNIÃO de líderes ontem, o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), anunciou a decisão do colegiado de promover 12 sessões de votações no Senado durante o período das eleições municipais, que termina em outubro.

A expectativa deles é votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 hoje, para permitir o recesso de julho. A sessão do Congresso que irá apreciar a LDO está marcada para as 18h, após a apreciação do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Em agosto, os senadores retornarão ao trabalho com duas semanas de esforço concentrado, cada uma com três datas de votação — primeiro

entre os dias 7 e 9 e depois entre 21 e 23.

Uma terceira semana com três dias de votação está marcada para setembro. A última ocorrerá em outubro.

— Serão 12 dias, portanto, nesse período entre o recesso e o processo eleitoral, em que vamos manter a pauta, que tem medidas provisórias importantes, como as que tratam do Plano Brasil Maior e de alterações de regras da poupança, assim como algumas PECs que ficaram pendentes — afirmou Pinheiro.

Jornalistas

Entre as medidas provisórias a serem votadas pelo Senado, estão a MP 563/12, que

desonera setores econômicos da contribuição previdenciária patronal relativa à folha de pagamento; a MP 564/12, com ações de estímulo à indústria nacional, previstas no Plano Brasil Maior; a MP 567/12, que modifica as regras de rendimento da poupança; e a MP 568/12, que aumenta os salários de servidores do governo federal.

Entre as propostas de emenda à Constituição, estão a PEC dos Jornalistas (33/09) e a PEC 37/11, que impede o Ministério Público de participar das investigações criminais. Também tramita o projeto que estabelece cota racial e social para ingresso em universidade federal (PLC 180/08).

Denúncia sobre passagem aérea será apurada

O Senado vai apurar a denúncia de compra de passagens aéreas pela Casa por preços acima do praticado no mercado. A informação foi dada pelo 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), após reunião da Mesa do Senado.

Na segunda-feira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) reclamou do preço pago pelo Senado por passagem aérea a Montevideu, no Uruguai, onde ele participaria de reunião do Parlasul. Requião informou que

as passagens fornecidas pela agência de viagens que presta serviços ao Senado custaram R\$ 3.414, enquanto passagens compradas por ele em uma agência de viagens do Paraná, para que sua esposa o acompanhasse no mesmo voo, custaram R\$ 1.654.

À noite, a Diretoria-Geral afirmou em nota que, “em face da emissão do bilhete ter-se dado em data muito próxima das reservas, é necessário que a agência de turismo que

presta serviços ao Senado comprove a impossibilidade de emissão dos trechos a custo inferior”. E solicitou que a verificação não se limite a esse caso, mas “a todo o período contratual”.

Cícero Lucena também confirmou a intenção da Casa de divulgar, de forma individualizada, o salário dos servidores. O Senado deve seguir o modelo de divulgação conjunto com a Câmara dos Deputados.



Entre deputados e senadores, Sarney (C) assina a parceria com as duas assembleias estaduais

Pará e Roraima terão Rádio e TV Senado

O Senado assinou ontem um protocolo de intenções para Belém e Boa Vista receberem transmissões digitais da TV Senado e de TVs Assembleias. O acordo prevê a cessão de duas horas por dia da programação da Rádio Senado FM para as assembleias transmitirem notícias institucionais. A expectativa, segundo o secretário de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, é de que as transmissões sejam inauguradas até o fim do ano.

O Senado colocará à disposição das assembleias todos

os equipamentos necessários e cederá uma subcanalização. Em contrapartida, as assembleias assumem a responsabilidade pelo custeio e manutenção das estações. Um dos quatro subcanais transmitirá a TV Câmara, devido a acordo de reciprocidade para reduzir custos.

— Estamos dando à população a possibilidade de nos fiscalizar — disse Sarney.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), os veículos de comunicação do Senado são importantes instrumentos para fortalecer a democracia.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a parceria permitirá maior aproximação do eleitor com seus representantes.

Os presidentes das assembleias do Pará, deputado Manoel Pioneiro, e de Roraima, deputado Chico Guerra, comemoraram a parceria na solenidade, que contou com as presenças da diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e dos senadores Mário Couto (PSDB-PA), Ângela Portela (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), além de deputados estaduais e federais do Pará e de Roraima.

MPs da Poupança e dos Servidores entram na pauta

Medidas provisórias que tratam de mudanças no rendimento da caderneta de poupança e de reajustes nos salários dos servidores devem ser votadas hoje no Senado.

Transformadas nos projetos de Lei de Conversão 14/12 e 17/12, respectivamente, e já aprovadas na Câmara, as MPs 567/12 e 568/12 foram lidas ontem em Plenário. A MP 567/12 causara polêmica por dobrar a carga horária dos médicos de instituições federais, mas o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), retomou a carga de 20 horas semanais e dobrou o valor das tabelas para o servidor que, dependendo do interesse da administração e da disponibilidade orçamentária, optar por 40 horas.

Eleitos membros da Comissão Representativa

O Plenário elegeu os senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso para o recesso parlamentar, de 18 a 31 de julho. O colegiado terá como tarefa principal zelar pelas prerrogativas do Congresso, das duas Casas legislativas e dos seus membros durante o recesso. O bloco de apoio ao governo garantiu as vagas de Walter Pinheiro (PT-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA), e o da Maioria, as de José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL). A Minoria será representada por Jayme Campos (DEM-MT) e Cyro Miranda (PSDB-GO). O PTB indicou Epitácio Cafeteira (MA) e o PSD, Kátia Abreu (TO).

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Demóstenes Torres

10h Sessão para votar o projeto de resolução (PRS 22/12) que decreta a perda do mandato do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). Na pauta da sessão deliberativa, às 14h, dois projetos de lei de conversão: o PLV 14/12, que reajusta salário de servidores, e o PLV 17/12, que trata da mudança no rendimento da caderneta de poupança.

PRESIDÊNCIA: Ordem do dia

10h O senador José Sarney preside sessão extraordinária e, às 16h, a ordem do dia.

CRE: Indicações de embaixadores

8h A Comissão de Relações Exteriores examina indicações de embaixadores para a União Europeia e para Moçambique, cumulativamente com Suazilândia e Madagascar. Ouve também o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre o posicionamento brasileiro em relação à crise política no Paraguai.

CMA: Cooperação internacional

8h30 A Comissão de Meio Ambiente discute programas de cooperação internacional. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre monitoramento de políticas públicas no Brasil. Foi convidada para o debate Gilvana Dourado Bahia, assessora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAS: Diagnóstico precoce e assistência para o mal de Alzheimer

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, entre outros itens, proposta determinando que os serviços públicos voltados à saúde mental ofereçam diagnóstico precoce do mal de Alzheimer e assistência integral às pessoas vítimas da enfermidade.

CMCC: Novo Código Florestal

14h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate o novo Código Florestal e estratégias nacionais de conservação da biodiversidade brasileira e combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima. O presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho, é um dos convidados.

CMO: LDO 2013

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no Plenário 2 da Câmara, para examinar o relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

CORAL DO SENADO: Apresentação no Centro Cultural Brasília

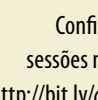
20h Apresentação do espetáculo *Coral do Senado em Concerto*, sob a regência de Glécia Mendes, no Centro Cultural Brasília.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 8h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto combate imposição de fidelização na telefonia

As prestadoras de serviços de telecomunicação, especialmente as empresas de telefonia celular, poderão enfrentar mais restrições à imposição de cláusulas contratuais de fidelização.

Projeto (PLS 559/11) de Gim Argello (PTB-DF), aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), acrescenta alguns dispositivos à Lei Geral de Telecomunicações. O primeiro obriga as empresas a informarem previamente ao usuário as

cláusulas que exijam permanência no plano de serviço.

Outro dispositivo do projeto obriga que cada plano de fidelização ofereça uma alternativa que dispense a vinculação por prazo. Relator substituto, Anibal Diniz (PT-AC) reduziu de 18 para 12 meses o tempo máximo de adesão. Após o prazo, o usuário poderá manter o plano sem ter que arcar com qualquer imposição.

A proposta segue para votação final na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).



Anibal e Rollemberg analisam o projeto aprovado ontem pela comissão

Financiamento da casa própria fica mais fácil para mutuário

O mutuário que se sentir prejudicado em um financiamento imobiliário devido aos juros elevados poderá aproveitar a redução das taxas e contratar uma nova operação para liquidar a antiga. O benefício foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovado terminativamente, o texto (PLS 298/06) deve ser enviado à Câmara dos Deputados.

O projeto, de Paulo Paim

(PT-RS), remove um dos obstáculos a essas operações ao determinar que os montantes nelas previstos serão considerados para efeito de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança. Paim previu, com a mudança, redução nos riscos envolvidos nas operações de crédito imobiliário. O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), ressaltou que a medida permitirá juros mais baixos.

Direito de bancário entrar em greve pode ser restringido

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou proposta que inclui os serviços bancários no rol de atividades essenciais. O projeto (PLS 127/12) altera a Lei 7.783/89, que trata do direito de greve, define as atividades essenciais e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Para Ciro Nogueira (PP-PI), autor da proposta, o rol de serviços e atividades essenciais deveria contemplar não apenas a compensação, mas todos os serviços bancários. Segundo o senador, é possível salvaguardar o interesse maior da coletividade de acesso aos serviços bancários e, ao mesmo tempo, garantir o direito de greve.

O projeto será votado agora na Comissão de Assuntos Sociais.

Vanessa defende acordo para pôr fim à greve na Receita

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu um entendimento entre o governo e os servidores para que a greve dos auditores fiscais da Receita Federal chegue ao fim. Ela disse que Manaus está sofrendo “problemas extremamente graves”.

Segundo a senadora, diversas indústrias e fábricas estão com suas produções paradas em razão da greve.

Ela também voltou a pedir solução para a greve dos servidores das universidades federais, parados há quase dois meses por uma reformulação do plano de cargos e salários. Eduardo Braga (PMDB-AM) e Wellington Dias (PT-PI) apoiaram a colega.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministro sugere parcela de arrecadação do petróleo como nova fonte de recursos para as salas de aula, em vez de projeto aprovado na Câmara que prevê para o setor 10% do PIB sem especificar a fonte

Mercadante quer verba dos royalties para a educação

EM VEZ DE estabelecer em lei que 10% do produto interno bruto (PIB) serão dedicados à educação, sem especificar a fonte dos recursos, o Congresso poderia direcionar às salas de aula uma parcela dos royalties do petróleo, nos níveis municipal, estadual e federal. A recomendação foi feita ontem pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, durante audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os 10% do PIB — aproximadamente R\$ 425 bilhões — estão previstos no projeto do novo Plano Nacional de Educação aprovado pela Câmara. Para isso, o governo deveria dobrar a quantia dedicada ao setor. Mercadante avalia que não existe espaço para aumentar a carga tributária.

— Qual é a discussão verdadeira? É de onde virão os recursos. Com os royalties, fazemos a revolução que o Brasil precisa na educação — sugeriu.

Ao comentar a greve dos professores universitários, que já dura quase dois meses, o ministro disse que o governo tem compromisso de reestruturar a carreira dos docentes, mas lembrou que o mundo experimenta uma crise econômica e que, na Europa, se discute a redução de direitos trabalhistas. Segundo ele, a ideia é valorizar principalmente a titulação e a dedicação exclusiva.

Sobre livros didáticos, Mercadante informou que a certificação de qualidade do governo vai incluir o papel utilizado, para garantir que os livros sejam sempre produzidos em

gráficas brasileiras. As equipes de avaliação, disse, são formadas por representantes das universidades públicas, sempre com dois avaliadores independentes. Se há recurso, a decisão é tomada por banca de três doutores que não participaram da primeira fase da escolha. Depois as obras vão para o guia do livro didático, e a escolha é feita pela escola.

Mercadante comentou ainda outros programas, como o de ampliação de atendimento em creches de crianças de até 6 anos. Segundo ele, estão em construção 5.562 creches.

— Há dez anos, 80% do orçamento do MEC era para a universidade, enquanto hoje é a metade. Nunca vi uma criança ir ao MEC se manifestar. É mais fácil ceder a pressões imediatas — afirmou.



Ao lado de Requião (E), Mercadante responde aos integrantes da Comissão de Educação e Cultura

Senadores questionam sobre greve e livros didáticos

Por iniciativa do presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), os senadores fizeram sugestões a Mercadante.

Kátia Abreu (PSD-TO) pediu mais transparência na escolha dos livros e presença, nas comissões examinadoras, de profissionais com experiência em salas de aula. Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Benedito de Lira (PP-AL) querem uma solução para a greve dos professores. Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu

a aprovação de lei que regulamente o Programa Nacional do Livro Didático e Paulo Paim (PT-RS) defendeu 50% das vagas nas federais para alunos de escolas públicas.

Cyro Miranda (PSDB-GO) lembrou que o Brasil destina à educação apenas 5,1% do PIB. Ana Rita (PT-ES) e Ângela Portela (PT-RR) sugeriram ensino em tempo integral e ampliação de creches. Anibal Diniz (PT-AC) apoiou o Programa Brasil Carinhoso.

Armando Monteiro (PTB-PE) propôs a adoção de um currículo básico nacional para a educação e Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou os 10% do PIB sem determinação de quanto isso vai custar.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a ampliação do ensino a distância, enquanto Wellington Dias (PT-PI) sugeriu mais debate sobre o modelo de reajuste do piso salarial dos professores da educação básica.

Paim cobra aprovação de cotas nas universidades



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um apelo pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 180/08, que reserva 50% das vagas das universidades e escolas técnicas federais a alunos de escolas públicas e a negros, indígenas e pardos. O projeto está na ordem do dia do Plenário. Paim lembrou que em 1999 o Senado aprovou projeto de José Sarney (PMDB-AP) que destinava 20% das vagas a candidatos afrodescendentes em partidos políticos, em cargos públicos e também nas universidades.

Rollemberg: arrecadação permite reajuste a servidor

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu o reajuste aos servidores públicos federais parados desde o final de junho. As greves atingem, disse, 300 mil servidores, que também reivindicam melhorias nas carreiras e mais concursos.

O parlamentar afirmou que o governo vem registrando, ao longo dos anos, aumento expressivo na arrecadação, o que permitiria, segundo ele, uma negociação justa com os servidores, que tiveram seu último grande aumento em 2007.

A concessão do reajuste, ressaltou o senador, é uma maneira de corrigir a disparidade entre os salários do Executivo e dos demais Poderes.

Parlasul se reunirá após adesão da Venezuela

As negociações para a retomada dos trabalhos do Parlamento do Mercosul (Parlasul) se intensificarão após a formalização do ingresso da Venezuela no bloco, prevê o presidente da Representação Brasileira no Parlasul, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A cerimônia de adesão da Venezuela está marcada para o dia 31, no Rio.

A primeira sessão do ano do Parlasul, marcada para a segunda-feira da semana passada, em Montevidéu, no

Uruguai, acabou não ocorrendo pela ausência da Argentina e do Uruguai — em resposta à presença de parlamentares paraguaios no Plenário.

Requião relacionou a falta de quórum à decisão tomada por Argentina, Brasil e Uruguai de exclusão temporária do Paraguai — em consequência da rápida deposição do então presidente Fernando Lugo. Na mesma data, os três países aprovaram o ingresso da Venezuela.

— O ingresso da Venezuela é

uma necessidade no momento em que enfrentamos a crise [internacional] — afirmou.

O Paraguai apresentou ao Tribunal Permanente do Mercosul recurso contra sua exclusão do bloco e contra o ingresso da Venezuela, que não foi aprovado pelo Congresso paraguaio.

— Estão tentando impedir a consolidação do Mercosul. Isso interessa aos EUA e à Europa, que desejam quebrar nossa unidade, para alcançar acordos bilaterais — disse.

Alvaro questiona decisões da diplomacia brasileira

A apuração de responsabilidades e a adoção de medidas cabíveis quanto à decisão “infeliz” da diplomacia brasileira de aceitar a Venezuela no Mercosul sem o consentimento do Paraguai foi solicitada por Alvaro Dias (PSDB-PR) à Procuradoria-Geral da República, por meio de representação subscrita por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Os senadores invocam o artigo 5º da Lei 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade, entre eles o de violar tratados legitimamente feitos com nações estrangeiras.

Alvaro explicou que o Paraguai não está excluído do Mercosul e que esse país não aprovou a autorização para o ingresso da Venezuela no bloco.

Roberto Requião critica o “liberalismo jabuticaba”

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o que chamou de “liberalismo jabuticaba” do Brasil, expressão usada pelo jornalista Luis Nassif para definir o pensamento da elite brasileira de aceitar a Venezuela no Mercosul sem o consentimento do Paraguai.

Requião rejeitou a visão dos liberais brasileiros sobre o *impeachment* do então presidente paraguaio Fernando Lugo. Para o senador, “a farsa” no Paraguai pouco se difere da que ocorreu no Brasil em 1964. Ele ressaltou que foi dentro da legalidade que os militares brasileiros chegaram ao poder.

Nos dois episódios, disse, Lugo e João Goulart, então presidente do Brasil, desafiaram as forças militares e foram acusados de estimular a agitação no campo. Como ocorreu no golpe no Brasil, afirmou, “no Paraguai a imprensa também se tornou um partido político”.

Informática deverá facilitar acompanhamento das penas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que estabelece informatização do sistema de execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. O objetivo é evitar a perda de direitos dos presos, como progressão de regime ou liberdade por cumprimento da pena.

Segundo o PLC 61/12, do Poder Executivo, todos os dados poderão ser acompanhados pelo juiz, pelo representante do Ministério Público, pelo defensor, pela pessoa presa ou sob custódia e pelos representantes dos conselhos penitenciários estaduais e dos conselhos da comunidade.

O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou

duas emendas em relação à proposta original. A primeira suprime a exigência de que a formatação do novo sistema fosse feita com uso de *software* livre. Para Eunício, a exigência poderia gerar dificuldades e o mais adequado é que a lei não disponha sobre esse tipo de detalhamento. A outra emenda suprime artigo que informa quais autoridades deverão alimentar quais tipos de informação no novo sistema. Segundo ele, esse detalhamento afeta a organização da Justiça nos estados.

— O mais adequado, a nosso juízo, é que cada estado decida a melhor forma de alimentar o sistema, com base em sua realidade local — disse o senador.



Relator do projeto, Eunício (E) explica emendas a Rodrigo Rollemberg

TRTs de Goiás e de Minas podem ganhar novos cargos

A criação de cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte, e no da 18ª Região, com sede em Goiânia, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça.

O PLC 39/12 prevê 96 novos cargos efetivos no TRT da 3ª Região, sendo 60 de analista judiciário e 36 de técnico judiciário, todos na área de Tecnologia da Informação. No parecer, Aécio Neves (PSDB-MG) diz

que a proposta vai conferir maior eficácia à tramitação dos processos.

O PLC 41/12 cria 226 cargos efetivos no TRT da 18ª Região, sendo 171 de analista judiciário, na área judiciária, e 55 de técnico judiciário, na área administrativa. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que o projeto permitirá atender eficazmente às demandas crescentes na área trabalhista. Os projetos seguem para votação no Plenário, em regime de urgência.

Taques requer dados sobre obras irregulares da Valec

O senador Pedro Taques (PDT-MT) informou ter enviado ofício à empresa pública Valec com pedido de cópia dos levantamentos feitos sobre irregularidades em obras.

Taques também requereu a relação de providências tomadas em cada pendência verificada na construção e na exploração da Ferrovia Norte-Sul, pela qual a Valec é responsável. — Se a atual gestão tiver intenção de moralizar a

Valec e dar transparência às questões relatadas, responderá a essa requisição rapidamente — disse.

O ex-presidente da Valec José Francisco das Neves, conhecido como Juquinha, foi preso pela Polícia Federal na última semana, na Operação Trem Pagador. Entre as acusações, estão lavagem de dinheiro e ocultação e dissimulação de bens. Para Taques, Juquinha é um “pirata dos recursos públicos”.

Senadores, que votarão se colega deve ou não perder o mandato por quebra de decoro parlamentar, só poderão revelar o voto quando estiverem fora do Plenário; galerias do Senado serão abertas ao público

Senado decide hoje, em votação secreta, futuro de Demóstenes

O PLENÁRIO DO Senado votará hoje, em sessão marcada para as 10h, o processo de perda de mandato do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). A votação será secreta.

Segundo o Conselho de Ética do Senado, Demóstenes feriu o decoro parlamentar ao manter estreitas relações com o contraventor Carlinhos Cachoeira, preso desde fevereiro sob as acusações de corrupção e exploração de jogos ilegais. Para o conselho, o senador mentiu aos colegas ao negar ter vínculo com o esquema de Cachoeira.

Na abertura da sessão, o relator do processo no Conselho de Ética, Humberto Costa (PT-PE), e o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Pedro Taques (PDT-MT), apresentarão seus pareceres sobre o processo contra Demóstenes.

Em seguida, será dada a palavra a qualquer senador que queira se manifestar.



José Sarney preside reunião da Mesa Diretora do Senado: sessão será aberta ao público e terá discurso de senadores

Encerradas as discussões, falará Randolfe Rodrigues (AP), líder do PSOL, partido que apresentou a representação contra Demóstenes ao Conselho de Ética.

O último a falar será o próprio Demóstenes. O advogado dele, se quiser, também poderá usar a palavra. Só então será iniciada a votação.

Sessão aberta

Segundo informou o líder do PT no Senado, Walter

Pinheiro (PT-BA), “ninguém terá a palavra cerceada” na sessão de hoje.

— Determinamos que o início da sessão será às 10h para que transcorra com o tempo necessário para que haja opiniões, defesa. O processo será extremamente aberto.

A decisão do Plenário será por voto secreto e maioria absoluta (pelo menos 41 votos), conforme prevê a Constituição.

Os senadores não poderão divulgar seus votos no Plenário, sob o risco de comprometer a legitimidade do processo. As declarações só poderão ser dadas fora do Plenário.

As galerias do Senado serão abertas ao público, de acordo com a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra.

Antes, haverá distribuição de senhas, que serão divididas entre os partidos com

Senador se diz inocente de acusações e afirma que “verdade prevalecerá”

No último discurso antes da votação do processo que pede sua cassação, Demóstenes Torres (sem partido-GO) disse que “nenhum dos absurdos” de que o acusavam se comprovou e que “a verdade prevalecerá”.

— O Senado vai escolher qual futuro pretende: se de insegurança jurídica, em que qualquer de seus integrantes

terá de ser eliminado para atender a sanha acusatória, ou de um amanhã justo, respeitando-se os direitos dos representados, sem pressa.

De acordo com o senador, a campanha contra ele na internet e na imprensa o deixou semanas “olhando para o vazio”, com vergonha dos amigos e dos filhos.

Em tom emotivo, mencionou

o trabalho do pai para sustentar dez filhos e seu próprio esforço até tornar-se procurador-geral de Goiás, secretário estadual de Segurança e duas vezes senador.

— A perseguição vai ser derrotada. O seu Avelomar e a dona Luzia, meus pais, continuarão tendo a certeza de que mantenho limpo o nome de nossa família.

Ele disse que ainda tem muito por fazer no Senado:

— Vou continuar no Senado, trabalhando intensamente pela implantação do ensino em tempo integral em todas as escolas, um percentual mínimo constitucional para a Educação, a defesa dos recursos hídricos e a estabilidade política e jurídica de nossa democracia.



Demóstenes Torres: “Continuarei no Senado, trabalhando intensamente”

Aprovado texto do anteprojeto da política para a faixa de fronteira

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira aprovou a minuta de anteprojeto que institui a Política Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, apresentada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A proposta foi elaborada a partir dos debates feitos pela subcomissão em 2010 e 2011.

Mozarildo, presidente da subcomissão, explicou que o anteprojeto estabelece uma política de Estado para

essas regiões, que, segundo ele, não têm planos de desenvolvimento.

— O anteprojeto define a participação dos órgãos federais de desenvolvimento e defesa e dos governos estaduais e municipais para que tenhamos, de maneira definitiva, um plano para de fato desenvolver essas regiões.

Mozarildo explicou que a Amazônia e a fronteira sofrem com crimes transnacionais, como tráfico de drogas, entrada de armas e contrabando



Mozarildo: política para fronteira

de riquezas naturais.

O anteprojeto agora será apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Se aprovado, será encaminhado para a Secretaria-Geral da Mesa do Senado para ser distribuído às comissões permanentes da Casa.

Caixa precisa focar desenvolvimento regional, diz Benedito

Benedito de Lira (PP-AL) apresentou projeto que estabelece novas diretrizes para a aplicação dos recursos públicos geridos pela Caixa, adequando-a à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Segundo estatísticas que apresentou, a reformulação do plano de contratação da Caixa para projetos de habitação prejudicou as regiões mais pobres em 2011.

Mozarildo apresenta voto de louvor pelos 122 anos de Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) encaminhou à Mesa do Senado pedido de voto de aplauso e louvor a Boa Vista pelos seus 122 anos de criação. O senador frisou que a cidade é a única capital brasileira localizada no Hemisfério Norte.

— Boa Vista é cidade cosmopolita, que acolhe de braços abertos os brasileiros de todas as regiões. Hoje é a cidade do Brasil que, proporcionalmente à população, tem mais estudantes no curso universitário — ressaltou.

Para Bauer, PSDB vencerá eleição nas principais cidades de SC

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou o registro e a aprovação de candidaturas durante as convenções municipais de seu partido em Santa Catarina e afirmou que as administrações do PSDB têm “a marca da ética, da responsabilidade e do empreendedorismo”.

— Temos motivos para imaginar um sucesso eleitoral nas principais e na maioria das cidades catarinenses.

Prefeito de Palmas: “Infelizmente fui gravado”

Flagrado em um vídeo negociando com Carlinhos Cachoeira apoio financeiro para a campanha eleitoral de 2004, o prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), reconheceu a existência da conversa, mas negou ter recebido qualquer doação do contraventor. Em depoimento à CPI do Cachoeira, Raul Filho admitiu ter errado ao procurar Cachoeira, por intermédio de seu amigo e colaborador Silvio Roberto, e considerou uma “infelicidade” ter sido filmado.

— Eu era apenas candidato. Só soube que esse empresário era Carlinhos Cachoeira no carro, a caminho de Anápolis, e, honestamente, não me lembro em que setor ele atuava — afirmou.

Kátia Abreu (PSD-TO) ressaltou um trecho do vídeo em que Raul Filho aparece dizendo a Cachoeira ter um “projeto de poder” e que Palmas seria apenas um estágio. — Estava me referindo à ascensão política, para galgar outros postos — justificou.

Raul Filho informou que a administração municipal fez seis contratos com empresa Delta, sendo quatro sem licitação, para serviços emergenciais. O prefeito disse ainda que os R\$ 120 mil depositados por Cláudio Abreu, diretor da Delta na região Centro-Oeste,

na conta de uma assessora de sua mulher, a deputada estadual Solange Duailibe (PT-TO), referiam-se à venda de uma máquina a uma empresa por Pedro Duailibe, irmão da deputada, que, por responder a um processo, não pode ter conta bancária.



Raul Filho (2º à esq.) depõe a Paulo Teixeira (C), Vital do Rêgo e Odair Cunha, vice-presidente, presidente e relator da CPI

Governador do Tocantins pode ser convocado para depor, diz Paulo Teixeira

O vice-presidente da CPI do Cachoeira, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), declarou que o governador do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB), poderá ser convocado para depor à comissão. — Todas as relações que conduziram ao prefeito de Palmas, Raul Filho [que depôs ontem], conduzem igualmente ao governador — argumentou.

O requerimento para a convocação de Siqueira Campos foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Assim como no caso do prefeito, as suspeitas de envolvimento entre Cachoeira e Siqueira Campos incluem

Para Couto, decisão sobre mandato é chance para Senado sair da “lama”

O senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a decisão sobre o mandato de Demóstenes Torres é a oportunidade que o Senado tem de reconquistar a credibilidade do povo brasileiro.

Para ele, o Senado está “enlameado” e os senadores “terão a chance de impedir que a lama o cubra totalmente”.

— Estamos aqui para julgar não a dor de um companheiro, mas o que ele fez — afirmou, em referência ao pronunciamento em que Demóstenes falara sobre a dor causada a ele e à sua família.

Mário Couto criticou a demora na convocação do ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot pela CPI mista que investiga o caso Cachoeira. Para ele, isso pode ter prejudicado as investigações, já que, quando Pagot se oferecia para falar, não lhe foi dada a chance.

— Quando o Pagot estava aborrecido, naquele momento em que ele queria vir, talvez ele pudesse esclarecer muita coisa, mas agora já “conversaram o juízo” do Pagot, já combinaram tudo com o Pagot — criticou o senador, que disse não acreditar em denúncias consistentes por parte do ex-diretor.

Senadores lamentam morte de dom Eugenio

Cardeal morreu anteontem aos 91 anos; parlamentares lembraram que religioso criou as Comunidades Eclesiais de Base e a Campanha da Fraternidade, da CNBB

OS SENADORES PRESTARAM homenagem ao cardeal dom Eugenio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, que morreu anteontem, aos 91 anos, vítima de um infarto enquanto dormia.

O presidente do Senado, José Sarney, destacou a dedicação de dom Eugenio à Igreja e ao próximo.

— Morre dom Eugenio, um dos maiores homens da Igreja no Brasil em todos os tempos, um homem que pautou sua vida pela coragem, pela firmeza de princípios e pela dedicação.

Sarney lembrou que dom Eugenio foi um dos criadores das Comunidades Eclesiais de Base e da Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No Rio, lembrou o senador, formou uma equipe que levou adiante o Banco da Providência e criou programas como o centro de atendimento a pessoas com Aids, a Pastoral Carcerária e o Núcleo de Formação de Líderes do Sumaré.

A atuação do cardeal também foi marcada pela “acolhida corajosa” de refugiados políticos latino-americanos, abrigando-os na sede episcopal.

— Foi firme na defesa dos direitos humanos. Sua posição de absoluta isenção política lhe dava grande



José Sarney (C) preside sessão do Plenário: senadores prestam homenagem ao cardeal dom Eugenio Sales, morto anteontem, aos 91 anos

autoridade — afirmou Sarney.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) apresentou um requerimento de voto de pesar pela morte de dom Eugenio. Emocionado, ele se disse amigo do religioso, “um homem de Deus na Terra”.

José Agripino (DEM-RN) lembrou as relações de sua família com dom Eugenio, de quem seu pai era amigo.

O senador afirmou que o religioso foi “um homem muito à frente do seu tempo” e fez com que a Igreja do Rio Grande do Norte — onde nasceu — “deixasse a sacristia para cuidar dos pobres no campo e nas ruas”. No estado, criou uma estação de ensino a distância e um modelo de sucesso do que seria hoje um assentamento rural e reuniu

bispos no que se tornaria a CNBB.

— É um amigo que perco. É um homem que a Igreja precisa reverenciar como um dos seus arautos, arauto da modernidade, da sinceridade, da ação positiva, do espírito público, da coragem cívica, enfim, um elenco de qualidades que só dom Eugenio pôde reunir.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Braga (PMDB-AM), manifestou profundos sentimentos e reafirmou respeito à “obra de pastor” que o religioso desenvolveu nas últimas décadas.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que dom Eugenio foi “divisor de águas” para a nova geração católica: seu trabalho permitiu reviver a Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das

pastorais, com a saída do templo para a convivência com a sociedade.

— A morte de dom Eugenio deixa uma lacuna muito grande na Igreja, no Rio e no Brasil. Ele desenvolveu um trabalho da maior importância tanto no campo religioso como no campo político e social — afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ).

Para Jorge Viana (PT-AC), “era um exímio administrador, que ganhou respeito por sua personalidade forte e, ao mesmo tempo, por sua compreensão, por sua visão de mundo”.

Também se manifestaram Romero Jucá (PMDB-RR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ana Rita (PT-ES), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Nos últimos anos, cardeal recebeu três homenagens do Senado

Dom Eugenio foi homenageado pelo Senado em várias ocasiões. Em 2004, pelos 50 anos de episcopado. Em 2010, os 90 anos de idade foram celebrados em sessão especial — foi representado por seu irmão, o arcebispo emérito de Natal, dom Heitor de Araujo Sales. Em 2011, recebeu a comenda Dom Helder Câmara, pela luta a favor dos direitos humanos — foi representado pelo monsenhor Sérgio Costa Couto.

Visão social fará falta à Igreja e à sociedade, afirma Ana Rita

Ana Rita (PT-ES) registrou em Plenário seu pesar pela morte de dom Eugenio Sales. Ela afirmou que o cardeal deixa um legado de luta social não só para os católicos, mas para todos os brasileiros.

A senadora ressaltou a atuação de dom Eugenio em benefício da população do Rio. Por intervenção dele, os moradores da Favela do



Vidigal não foram removidos no final da década de 1970. Também por sua interferência, foram criadas a Pastoral do Menor, ambulatórios e abrigos

para pessoas carentes e para pacientes de Aids no Rio.

— Foi uma perda irreparável e lastimável. Certamente a visão social que dom Eugenio tinha fará falta à Igreja e à sociedade.

Religioso era ciente de sua função social, diz Davim

Paulo Davim (PV-RN) destacou as obras sociais de dom Eugenio Sales.

— O Brasil perde um filho dileto, ciente de sua função clerical e social, e o Rio Grande do Norte perde um filho legítimo.

Davim ressaltou a “obra incontestável” de dom Eugenio nos 60 anos de dedicação à Igreja. Ele foi, disse, exemplo de sacerdote, de homem e de



brasileiro.

Davim sublinhou a criação da primeira Campanha da Fraternidade, em 1962, e das pastorais do Trabalhador, das Favelas, das Domésticas e da Cultura.

O senador lembrou que dom Eugenio contrariou o regime militar ao visitar presos políticos e proteger cerca de 5 mil refugiados políticos de toda a América Latina.

Renan Calheiros lamenta morte de Ronaldo Cunha Lima

Renan Calheiros (PMDB-AL) lamentou a morte do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima. Pai do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-

PB), o político morreu domingo, em consequência de um câncer de pulmão. Renan afirmou que poucos congressistas tiveram a relação de lealdade, amizade e

compromisso que Cunha Lima teve com todos os outros. Ele também era dono de uma memória fotográfica invejável e lembrada por muitos, disse Renan.

Além de advogado e político, era poeta, lembrou, deixando dezenas de livros.

— Ele deixa a honradez como principal legado — disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Parecer sobre MP do Código Florestal fica para amanhã



Luiz Henrique (PMDB-SC), adiou novamente a leitura de seu relatório sobre a Medida Provisória 571/12,

que alterou o novo Código Florestal.

Devido a um pedido de vista de parlamentares ambientalistas e ruralistas, ele concordou em deixar a leitura de seu parecer para amanhã, às 8h.

Luiz Henrique informou aos integrantes da comissão mista que analisa a MP do novo Código Florestal que só não distribuiu seu relatório com a antecedência necessária porque utilizou todo o tempo possível ouvindo os parlamentares, na tentativa de atender suas reivindicações.

Viana diz que lei florestal é um desafio para os senadores



Jorge Viana (PT-AC) afirmou que as negociações para a votação da MP do Código Florestal foi

“intensa e difícil” nas últimas semanas, pois o tema “se transformou em uma verdadeira batalha”.

Ele e vários outros senadores buscaram um texto que atualizasse a legislação mostrando que o Congresso entende a importância da agricultura e da pecuária para o país, mas sem esquecer a extrema relevância da proteção das florestas e do cuidado com o meio ambiente.



Medida provisória contra a seca recebeu apoio unânime no Senado e foi aprovada de forma simbólica no Plenário

Combate à seca receberá mais R\$ 706,4 milhões

Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional terão recursos para ajudar cidades do semiárido onde houve perda de safra e onde é preciso distribuir água para consumo em carros-pipa

SENADORES APROVARAM ONTEM a Medida Provisória 566/12, que abre crédito extraordinário de R\$ 706,4 milhões aos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional para atender a municípios do semiárido atingidos pela seca. O texto segue para promulgação.

O primeiro recebeu R\$ 281,8 milhões para pagamento dos benefícios do Programa Garantia-Safra a 753 mil agricultores familiares que sofreram perdas em 2011 e 2012. Já o segundo recebeu R\$ 424,6 milhões para atender vítimas da seca prolongada. Várias

dessas cidades decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo governo.

Os recursos estão sendo destinados a agricultores não enquadrados no Programa Garantia-Safra que tenham renda mensal média de até dois salários mínimos. Eles receberão R\$ 400 (bolsa-estiagem).

O Ministério da Integração também está usando parte dos recursos para intervenções de defesa civil de abastecimento de água para consumo, como distribuição de água por meio de carros-pipa para cerca de 1 milhão de pessoas. Além

disso, a MP prevê a recuperação de 2.400 poços públicos.

De acordo com o ministério, os municípios atingidos pela seca no Nordeste são cerca de mil, mas os recursos da MP podem beneficiar também os de Minas Gerais e os de outros estados com o problema.

O parecer do relator, Wellington Dias (PT-PI), foi favorável à MP. Como no Senado, na Câmara a aprovação também aconteceu sem mudanças no texto do Poder Executivo.

O apoio à aprovação da MP foi unânime, e a votação ocorreu simbolicamente no Plenário do Senado.

Mudanças climáticas: sem bloqueio nas verbas

Os recursos públicos para combate aos efeitos das mudanças climáticas não poderão sofrer bloqueio ou contingenciamento na execução orçamentária, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 164/10) de

Pedro Simon (PMDB-RS), que deverá ter votação final na Comissão de Meio Ambiente, pretende resgatar vários dispositivos vetados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sanção do projeto que resultou na Lei 12.187/09, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Outro ponto que Simon deseja recuperar é a previsão de progressivo abandono do uso de fontes energéticas que utilizem combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás natural). Essa diretriz se daria junto com o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas.

Lídice comemora inauguração de parque eólico

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a inauguração do Complexo Eólico Alto Sertão 1, na região de Caetité, sudoeste baiano.



O empreendimento, disse, tem capacidade de produzir 294 megawatts, suficientes para atender uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes. Segundo Lídice, foi investido R\$ 1,2 bilhão com a instalação de 14 parques eólicos em Caetité e outros municípios, gerando 1.300 empregos diretos e indiretos.

A senadora também elogiou a aprovação no Senado, semana passada, do projeto que garante direitos trabalhistas para os conselheiros tutelares.

Sérgio Souza elogia maior percentual de etanol na gasolina

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou a iniciativa do governo de aumentar de 20% para 25% o percentual de etanol na gasolina para reduzir as importações pela Petrobras. Ele ressaltou o grau de excelência do etanol produzido no país, mas alertou ser preciso investir no setor sucroalcooleiro.

— O etanol brasileiro se mostra uma oportunidade extraordinária e estratégica para o nosso país.

O problema, disse, é que o setor passa por uma grave crise. Dados dos produtores apontam que, desde o início da safra até 15 de junho, houve uma queda de 32,63% em relação a 2011.



Brasil perdeu autossuficiência em petróleo, afirma representante do governo federal

Seis anos depois de anunciada, a autossuficiência do Brasil em petróleo voltou a ser uma promessa, agora no aguardo dos resultados do pré-sal. O retorno do país à dependência de importações foi anunciada na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil pelo diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Ishihara.

No início de debate sobre o impacto dos preços dos combustíveis de aeronaves, o presidente da subcomissão, Vicentinho Alves (PR-TO), reclamou que o preço dos combustíveis está até 60% acima das cotações internacionais.

Ishihara disse que o Brasil chegou a uma “autossuficiência teórica”, pois não produz todos os produtos e derivados. Com o pré-sal, disse, o país vai recuperar a autossuficiência e tornar-se exportador. Ao ser

questionado por Ivo Cassol (PP-RO) sobre o alto preço dos combustíveis da aviação, Ishihara disse que o governo não interfere na formação dos valores. O especialista Paulus Figueiredo acrescentou que

os combustíveis brasileiros são reajustados com base no mercado internacional.

O presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes,

Alisio Vaz, informou que em 2011 houve aumento de 3% no consumo de combustível de aviação, em comparação a 2010. Isso significa, em sua opinião, que o brasileiro está viajando mais.



Alisio Jacques Mendes Vaz, Cláudio Ishihara, Ivo Cassol e Paulus Figueiredo discutem na audiência o impacto dos preços dos combustíveis sobre a atividade aérea



Casildo anuncia ato em Brasília

Alerta para a crise na suinocultura

Ana Amélia (PP-RS) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamaram a atenção para a crise do setor de suinocultura, considerada a maior dos últimos tempos.

A senadora relatou encontro de parlamentares da região Sul com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho. Ela antecipou que serão anunciadas medidas relativas à comercialização, à prorrogação das dívidas e às linhas de crédito.

— Um bom diálogo é capaz de encontrar uma solução. Se não a perfeita, a mais próxima do possível.

Casildo informou amanhã haverá em Brasília um ato para cobrar soluções do governo. Segundo ele, os custos de criação estão bem acima dos preços de venda da carne de porco, o que tem “levado à bancarrota uma cadeia produtiva sólida”, principalmente pequenos agricultores familiares. Santa Catarina, disse, tem mais de 10 mil pequenos produtores “à beira do desespero”.

— Alguns estão distribuindo seus animais, pois é mais barato do que mantê-los — registrou, citando como causas da situação a redução das compras europeias, a demorada estiagem e o alto custo para escoar a produção.

O assunto será debatido amanhã pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a provável presença do ministro.



Ana Amélia aposta no diálogo

Vital lamenta disputa entre clubes da Paraíba e do Acre

Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou a disputa entre times da Paraíba e do Acre pelo direito de participar da Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol. O embate judicial envolve o Treze Futebol Clube, o Rio Branco Football Club e a Confederação Brasileira de Futebol.

— Esgotaram-se as possibilidades administrativas, mas não arredo o pé de defender os interesses de um clube paraibano — disse o senador.

Projeto de Dornelles aprovado terminativamente reduz a carga fiscal ao elevar para 50% o limite para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL nos exercícios de 2012 a 2014

Aprovada redução da tributação do prejuízo

CONSIDERADA UMA DAS maiores distorções do sistema tributário brasileiro, a tributação do prejuízo deverá ser reduzida por projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O PLS 410/09, de Francisco Dornelles (PP-RJ), eleva de 30% para 50% o limite para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos exercícios de 2012 a 2014.

A regra atual estabelece o que, no jargão técnico, é chamado de “trava dos 30%”, pela qual a pessoa jurídica poderá utilizar o “estoque de prejuízos acumulados” para abater não mais que 30% do



Lobão Filho, Delcídio do Amaral e José Agripino durante reunião na CAE

lucro apurado no exercício corrente. Os 70% restantes serão obrigatoriamente tributados, qualquer que tenham sido os resultados de exercícios anteriores.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), afirmou que a medida tem caráter anticíclico

e pode ajudar as empresas brasileiras a enfrentar a crise que ameaça a economia global.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse concordar com a proposta, mas observou que ela representará para a União renúncia fiscal de R\$ 1,5 bilhão por ano.

Plenário acata empréstimos de US\$ 1,4 bilhão

Seis operações de crédito externo, no valor total de US\$ 1,4 bilhão, foram aprovadas ontem pelo Senado, primeiro na CAE e em seguida no Plenário. A maior delas, de US\$ 600 milhões, beneficiará o Programa Estadual de Transportes 2 (PET 2), do Rio de Janeiro, e será contratada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O segundo maior valor, US\$ 480 milhões, é do empréstimo do Bird para o Rio Grande do Sul. Para o mesmo estado, foi aprovado empréstimo de

US\$ 130,5 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinados à expansão e modernização do sistema elétrico da região metropolitana de Porto Alegre.

Também foi aprovada operação entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) e o Pará, no valor de US\$ 206,6 milhões, destinados à segunda etapa do Projeto Ação Metrópole, em Belém.

Tocantins deverá ser contemplado com empréstimo de US\$ 40,4 milhões do BID para financiar parcialmente

programa de modernização fiscal. Outro empréstimo beneficia a prefeitura de Aparecida de Goiânia (GO). No valor de US\$ 35 milhões, a operação será contratada com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os senadores ainda aprovaram projeto de resolução (PRS 23/12) pelo qual os estados, o DF e os municípios terão até junho de 2013 para vincular à entidade tomadora de crédito os CNPJs das unidades administrativas ou órgãos sem personalidade jurídica própria.

Comissão pede esclarecimentos ao TCU e ao governo sobre obra do Maracanã

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou requerimentos de informações sobre a reforma do Maracanã. Os pedidos foram feitos por Pedro Taques (PDT-MT) e se dirigem ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério dos Esportes.

Taques decidiu pedir os

esclarecimentos após analisar um processo do TCU sobre a operação de crédito entre o BNDES e o governo do Rio. Ele disse não ter encontrado indícios de superfaturamento, mas observou que o TCU ressalta haver divergência entre o orçamento do governo e o valor contratado com as vencedoras da licitação, incluindo a Delta.

Nascimento quer gestão profissional para o país crescer

O senador Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou que o Brasil só retomará o crescimento se houver um planejamento sério que defina estratégias para viabilizar o desenvolvimento econômico sustentado, em longo prazo.

— É preciso restabelecer o papel do governo de indutor dos investimentos no país.

Em sua opinião, o governo, ao insistir em medidas como estímulo ao crédito e ao consumo — em uma sociedade já endividada —, não cria condições para manter a atividade econômica.

É necessário, continuou, profissionalizar a gestão de setores cruciais. E sem uma forte modernização, a produtividade do país não voltará a subir. O senador também defendeu reforma tributária e aumento da poupança interna.

Cyro teme que o legado do Plano Real seja perdido

Cyro Miranda (PSDB-GO) manifestou seu temor de que a inflação possa voltar a afligir a vida dos brasileiros. Isso pode

acontecer, disse, se o governo federal não atacar problemas como a elevada burocracia, a carga tributária excessiva e a infraestrutura precária.

— Se a presidente Dilma não tiver a ousadia para fazer as reformas estruturais, veremos o degrading da economia e perderemos todo o trabalho desde o Plano Real — disse.

Para ele, o Plano Real, que completou 18 anos em 1º de julho, foi o “mais ousado passo do Brasil rumo ao desenvolvimento”. O senador acredita que, se o governo não mudar as diretrizes econômicas, centradas em incentivo ao consumo e cortes pontuais de impostos, o legado do Plano Real será perdido.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA PARA O SEGUNDO TRIMESTRE

O Plenário aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 350/12, que trata da programação monetária para o segundo trimestre deste ano. O projeto havia recebido parecer favorável da CAE, onde foi relatado por José Pimentel (PT-CE), e retornará à Câmara. O texto contém estimativas de variação dos principais indicadores da economia e descrição das perspectivas da economia.

Ângela Portela aponta injustiça no sistema tributário brasileiro

Ângela Portela (PT-RR) defendeu uma reforma tributária que leve o Brasil a cobrar os tributos de acordo com a capacidade de pagamento do cidadão. Ângela citou estudo do Ipea mostrando que os 10% mais pobres gastam 28% da renda com tributos indiretos, enquanto os 10% mais ricos, apenas 10%.

— É necessário taxar progressivamente os que têm mais, pois eles podem pagar mais — defendeu.

Antonio Russo pede mudança de regra para dívidas dos estados

Antonio Russo (PR-MS) criticou as regras de pagamento das dívidas dos estados e municípios com a União e pediu “vontade política” do governo para fazer justiça. Para ele, o modelo de rolagem da dívida é “perverso e contraproducente”.

— Simplesmente amarra a capacidade de os estados e municípios terem autonomia para investir recursos gerados em suas próprias comunidades — lamentou.